

SOB OS RASTROS DOS SIGNOS, AS EXPERIÊNCIAS (DES)ORDENAM-SE: diálogos entre história e semiótica

*Gabriel Alves dos Santos
Paulo Augusto Tamanini*

Resumo

Este artigo interpela o campo da história em interface com a semiótica, esta enquanto ciência geral dos signos (Peirce, 2005; Santaella, Nöth, 2015). Objetiva-se examinar alguns tópicos teórico-metodológicos de ambas as ciências, para traçar aproximações que locupletam o ofício dos historiadores ante desafios de pesquisa, os quais interferem na maneira de pensar e fazer história no tempo vigente. O método historiográfico da ciência histórica ganhou novos contornos com a virada linguística no último quartel do século anterior (Ankersmit, 2012). Diante disso, uma preocupação muito nítida com a potência heurística das linguagens rendeu um vasto repertório conceitual aos historiadores no tratamento metodológico das fontes históricas. Posto assim, o ensaio aqui proposto serve-se desse contexto no qual a linguagem continua reverberando enquanto fenômeno epistêmico e social que cada vez mais exige outros aportes na maneira de pesquisar e escrever história. Metodologicamente, acosta-se em estudo bibliográfico, à luz de pressupostos teórico-conceituais pertinentes ao método historiográfico e ao signo enquanto categoria semiológica útil à investigação. Busca-se questionar qual a relevância da semiótica no método historiográfico de esquadrihar suas fontes, e também como tangenciar tal relação no exame de documentos visuais. Assim, uma postura semiótica no enfrentamento da cultura visual pode render ao campo historiográfico um método crítico e comprometido continuamente com o aprimoramento do ofício e do conhecimento dele derivado. Constata-se a necessidade categórica de assumir as imagens como fonte metodológica e problema teórico-semiótico, correspondidas por heurísticas capazes de tratá-las como evidencia testemunhal histórica e objeto condensado de memórias historicamente dialéticas.

Palavras-chave: método historiográfico; semiótica; virada linguística; cultura visual.

UNDER THE TRACES OF SIGNS, EXPERIENCES (DIS)ORDER: dialogues between history and semiotics

Abstract

This paper addresses the field of history in interface with semiotics, the latter understood as a general science of signs (Peirce, 2005; Santaella, Nöth, 2015). It aims to examine certain theoretical and methodological topics from both disciplines in order to outline convergences that enrich the historian's craft in the face of research challenges—challenges that affect the way history is conceived and practiced in the current era. The historiographical method of historical science acquired new contours following the linguistic turn in the final quarter of the last century (Ankersmit, 2012). In this context, a pronounced concern with the heuristic potential of language has yielded a vast conceptual repertoire for historians in the methodological treatment of historical sources. This essay, therefore, is situated within a framework in which language continues to resonate as both an epistemic and social phenomenon, increasingly demanding alternative approaches to historical research and writing. Methodologically, it relies on bibliographical research, drawing from theoretical and conceptual assumptions relevant to the historiographical method and to the sign as a semiotic category pertinent to investigation. The aim is to question the relevance of semiotics within the historiographical method when scrutinizing sources, as well as how this relationship might be approached

in the analysis of visual documents. Thus, a semiotic stance toward visual culture may offer the historiographical field a critical method that remains committed to the continuous refinement of its craft and the knowledge it produces. This study concludes with the categorical need to recognize images as both methodological sources and as a theoretical-semiotic problem, addressed by heuristics capable of treating them as historical testimonial evidence and condensed objects of historically dialectical memories.

Keywords: historiographical method; semiotics; linguistic turn; visual culture.

BAJO LAS HUELLAS DE LOS SIGNOS, LAS EXPERIENCIAS SE DESORDENAN: diálogos entre historia y semiótica

Resumen

Este artículo aborda el campo de la historia en su interfaz con la semiótica, esta última como ciencia general de los signos (Peirce, 2005; Santaella, Nöth, 2015). El objetivo es examinar algunos tópicos teóricos y metodológicos de ambas ciencias para delinear enfoques que enriquezcan el trabajo de los historiadores ante los desafíos de investigación que interfieren en la forma de pensar y hacer historia en el tiempo actual. El método historiográfico de la ciencia histórica adquirió nuevos contornos con el giro lingüístico en el último cuarto del siglo pasado (Ankersmit, 2012). En vista de esto, una preocupación muy clara con el poder heurístico de las lenguas produjo un vasto repertorio conceptual para los historiadores en el tratamiento metodológico de las fuentes históricas. Así, el ensayo que aquí se propone hace uso de este contexto en el que el lenguaje continúa resonando como un fenómeno epistémico y social que demanda cada vez más otras contribuciones en la forma de investigar y escribir la historia. Metodológicamente, se basa en un estudio bibliográfico, a la luz de supuestos teórico-conceptuales pertinentes al método historiográfico y al signo como categoría semiológica útil para la investigación. El objetivo es cuestionar la relevancia de la semiótica en el método historiográfico de escrutinio de sus fuentes, así como cómo abordar esta relación en el análisis de documentos visuales. Así, una postura semiótica frente a la cultura visual puede dotar al campo historiográfico de un método crítico comprometido continuamente con la mejora del oficio y el conocimiento que de él se deriva. Existe una necesidad categórica de asumir las imágenes como fuentes metodológicas y problemas teórico-semióticos, acompañados de heurísticas capaces de tratarlas como evidencia testimonial histórica y un objeto condensado de memorias históricamente dialécticas.

Palabras clave: método historiográfico; semiótica; giro lingüístico; cultura visual.

INTRODUÇÃO

Este texto examina a relação entre o saber historiográfico e as produções de sentido e significado que ele está autorizado a mobilizar, considerando os ordenamentos sociais aos quais se dirige e dos quais ele próprio faz parte.

A semiótica, reconhecida como a ciência geral do signo (Peirce, 2005; Santaella; Nöth, 2015), dialoga profundamente com a história, à medida que contribui para uma relevante reflexão teórico-metodológica. Em nosso exame, esse diálogo se concentra sobretudo no aprofundamento analítico da linguagem historiográfica, considerada sob a perspectiva dos signos. Ao ser definida como ciência, cujo objeto são as experiências humanas no tempo (Bloch, 2002), as linguagens notabilizam-se nesse seu empreendimento de desmistificar as experiências históricas. Necessariamente, fazem parte da maneira como os grupos humanos interagem com seus entornos, o modo como pensam e agem sobre seus contextos e, assim, significam suas ações em virtude da cultura que protagonizam.

Com efeito, objetiva-se aqui examinar alguns tópicos teórico-metodológicos de ambas as ciências, para traçar aproximações que locupletam o ofício dos historiadores ante desafios de pesquisa, os quais interferem na maneira de pensar e fazer história no tempo vigente. Em decorrência, ao nos referirmos ao signo, operamos tanto com sua noção mais abrangente quanto e, sobretudo, com sua relação com a visualidade. Nossa proposta sugere que quando a linguagem historiográfica se preocupa em desnaturalizar os próprios signos linguísticos que circunspecciona, por meio do método crítico alicerçado em fontes, as apresentações do passado que examina documentalmente são representações semióticas carregadas de sentidos e significados codificados.

Isso implica assumir que as mensagens e informações ofertadas pelos documentos históricos fogem sempre que possível da obviedade imediatamente dada a ler aos interlocutores. Sendo assim, as evidências testemunhais das fontes históricas são sempre circunstanciadas pela capacidade interpretativa dos historiadores, o que nos autoriza a sustentar a necessidade de pensar o método histórico à luz da performance de quem interpreta, em detrimento de comportamentos ante a documentação limitados à descrição.

Daí a necessidade de dialogar com a semiótica, apropriando-se da contribuição do filósofo Charles Sanders Peirce (2005), o qual conceitua o signo a partir de uma lógica triádica capaz de sustentar o caráter cognitivo, empírico e material dele.

Nesse sentido, discutimos alguns elementos próprios do ofício do historiador, particularmente quando interroga os vestígios responsáveis por manifestar indícios acerca da historicidade das relações humanas em espaços e tempos particulares, registradas em documentos. Tal discussão desemboca no tópico destinado ao pensamento semiótico e ao giro linguístico, ancorado no conceito de signo, nas circunspeções do semioticista norte-americano Charles Sanders Peirce, em alguns de seus interlocutores contemporâneos e em alguns historiadores preocupados também com os fenômenos linguísticos na produção do conhecimento científico. O tópico final do desenvolvimento sintetiza os intercâmbios entre história e semiótica, ao tangenciar a reflexão para a dimensão da linguagem visual em interface com o tratamento teórico de fontes imagéticas na perspectiva metodológica da investigação histórica.

A metodologia do estudo é de caráter bibliográfica, à luz de pressupostos teórico-conceituais pertinentes ao método historiográfico e ao signo enquanto categoria semiológica útil à investigação. Sendo assim, os dados são fruto do próprio esforço científico já realizado pelos autores interpelados – de modo que este escrito se apropria das contribuições de estudiosos da história e da semiótica na intenção de analisar e traçar aproximações, diálogos e encontros possíveis baseados na historicidade de dados oriundos da literatura e de sua linguagem científica. Para tanto, a bibliografia está composta por livros e artigos científicos, e foi feita em acordo com os questionamentos já sinalizados e baseada no repertório e no percurso de formação acadêmica dos autores. A literatura ofertou respostas para se problematizar o recorte de como os historiadores operam o saber dentro do seu campo de ofício, bem como de que maneira a ciência semiótica pode maximizar os métodos de se pensar e fazer história, de modo geral, e de inquirir fontes visuais, de modo singular.

UM OLHAR PARA A INTERIORIDADE DE CLIO: REGRAS DE UM OFÍCIO POLITIZADO

Uma vez que o ofício do historiador foi demarcado enquanto prática politizada, sobremaneira durante os séculos XVIII e XX, torna-se pertinente repensar saberes e fazeres outros

capazes de contribuir criticamente com a indissociabilidade entre epistemologia e seus contextos sociopolíticos. A virada testemunhal e decolonial do saber histórico certamente se apresenta em termos de movimento disruptivo alicerçado em uma crítica da colonialidade dos saberes, sobretudo os que se dizem científicos. No caso da ciência histórica, a emergência do decolonial e do testemunhal anuncia a necessidade de questionar os modelos sobretudo eurocêntricos que centralizam e regulam a operação historiográfica.

Portanto, inexistem neutralidade e inocência nas atividades de pesquisa. Elas também se notabilizam pela perpetuação dos códigos culturais (Smith, 2018). A mente decolonial, portanto, é uma consciência insatisfeita com as explicações canônicas introduzidas sobre a mente na Modernidade, segundo a qual pensar é um ato desprovido de corporalidade e de um lócus de enunciação. Tendo ciência dessas disputas historiográficas, podemos nos voltar para as demais questões do método sem, com isso, esquecermos que epistemologia, metodologia e ontologia são elementos paradigmáticos inseparáveis, inclusive de interesses políticos e sociais (Kincheloe; Berry, 2007).

Nessa perspectiva, a vocação empírica da história continua definindo a operação historiográfica. Sem documentos, não é possível escrever histórias. Certamente, o grupo de historiadores franceses que ficou conhecido como os *Annales* aprimorou o entendimento da natureza documental que pode ser utilizada na pesquisa e na escrita da história. Consequentemente, longe de encerrar o ofício da história do ponto de vista metódico, busca-se pensa-lo a partir do crivo documental e de seu arcabouço teórico. Logo, não há questão histórica sem o cotejo de documentos (Prost, 2020).

Também não se trata de interrogar e investigar os vestígios documentais como se eles só tivessem validade quando subordinados ao império da hermenêutica, a despeito de sua natureza humana e subjetiva. Com efeito, essa marca da subjetividade não pode ignorar que o caráter processual da história se constitui também pelas experiências humanas que podem ser convertidas em objetos de estudo. Isto porque os historiadores são também seres de subjetividade. Assim, “[...] transferir esquemas explicativos, experimentados no presente, para uma situação histórica e colocar-se no lugar de quem é objeto de estudo, consiste em imaginar as situações e os homens”, sem abrir mão dos estratos e espectros da historicidade (Prost, 2020, p. 153).

Por conseguinte, retornamos novamente para o trato documental. Grande parte dos artífices do ofício perpassa pelo uso e exposição aos documentos. Todo documento da cultura se assenta na documentação da barbárie, conforme Walter Benjamin (2019). Com isso, o filósofo insistiu na avaliação documental para além de uma perspectiva inocentemente interna, preocupada em analisar somente os elementos contidos nos contornos documentais, sem, no entanto, considerar as condições de sua produção. O testemunho deles é bem maior do que aquilo aparentado no registro, pois “[...] nenhum documento é inocente. Todos devem ser julgados” (Le Goff, 2013, p. 108). Em decorrência, resvalamos em outra dimensão da profissão. Historiadores como Eric Hobsbawm (2013) se posicionam em defesa política e ética do papel social dos historiadores. Para ele, tais compromissos, que ultrapassam o interior de regras internas do ofício, tangenciam a politização de sua prática profissional, uma vez que o ofício tem uma responsabilidade societal que repercute também em espaços múltiplos da sociedade.

Tal responsabilidade exige um comprometimento com fatos históricos e com a crítica “[...] do abuso político-ideológico da história em particular” (Hobsbawm, 2013, p. 19). Essa politização do ofício é profundamente necessária para demarcar os encontros e desencontros entre o saber científico e a conjuntura mais ampla que ele atravessa e é pela qual é atravessado. Não existe

conhecimento neutro, assim como a história não se confunde com memórias ancestrais ou tradições coletivas.

Perante Antoine Prost (2020), a função social e política da ciência a qual estamos nos debruçando descontinua e descortina relações de força reproduzidas e compartilhadas pela memória. O dever da história é de se inserir nesse espaço de disputa pela lembrança e pelo esquecimento para ir além dele, ao evitar se render à fuga do presente e ao medo do futuro, como projetos de violência. “O dever de memória é valorizado incessantemente: mas, recordar um acontecimento é totalmente inócuo e não contribui para reproduzi-lo, se ele não for explicado” (Prost, 2020, p. 272). A memória tem sido inquirida sob várias circunstâncias e, quando destinada aos problemas do campo historiográfico, tem reverberado na natureza dos testemunhos inquiridos e disputados no interior dos próprios interesses políticos e de força contidos nos discursos da história (Seligmann-Silva, 2022).

A virada linguística provocou uma reconfiguração nas agendas e nos programas teóricos das ciências humanas. Convocou, assim, a história a se inserir em um outro quadro de demandas epistêmicas e políticas, cuja linguagem, o corpo, a decolonialidade, o gênero, a raça, a etnia foram algumas concepções conceituais acionadas e convertidas em elementos heurísticos e objetivos de sua ciência.

CIRCUNSPECÇÕES SEMIÓTICAS SOB O IMPULSO DO GIRO LINGUÍSTICO

O giro linguístico ou *linguistic turn* foi um marco filosófico que se espalhou para diferentes setores das ciências humanas, no último quartel do século XX. Um de seus principais percussores, o historiador estadunidense Hayden White, apoderou-se do discurso historiográfico para fazer dele um problema epistemológico. O discurso textualizado pelos historiadores tornou-se um objeto da ciência histórica, uma vez que a linguagem materializada em escrita foi não somente uma maneira de investigar passados, mas também uma possibilidade de arguir as relações de poder envolvidas na prática escritural. O contexto de surgimento do giro linguístico é proveniente da segunda metade do século XX, repercutindo na filosofia da linguagem e nas ciências sociais e humanas, sobretudo a partir da década 1970, no contexto norte-americano. Filósofos norte-americanos como Quine e Richard Rorty foram cruciais ao recrudescimento de tal movimento epistemológico, responsáveis por introduzir questões paradigmáticas que colocaram em relevo a relação direta e imediata entre realidade, verdade e linguagem.

Michel de Certeau (1982) explorou bem o problema, ao demonstrar a complexidade do ofício da história, cujas premissas resultaram numa operação historiográfica profundamente alicerçada em lugares sociais de enunciação e anunciação do discurso. Nesses termos, não foi somente o compromisso com a verdade que estava em disputa, embora muitos defensores do giro linguístico tenham reduzido o discurso historiográfico a mero texto literário, mas também as articulações sociais respaldadas pelo lugar social privilegiado ou não do historiador diante dos seus pares.

Vale demarcar o posicionamento aqui assumido diante desse movimento epistêmico em favor da linguagem. As proposições de Antoine Prost (2020, p. 254) esboçam e realçam argumentos plausíveis dessa ideia. A crítica desenvolvida pelo autor alerta para a não confusão da história com a ficção, quando na verdade a obra historiográfica jamais deixa de se referir a contextos exteriores, muito por conta de seu compromisso metodológico com as fontes. Por seu turno, o historiador Frank Ankersmit (2012) também fomentou o debate acerca dos problemas linguísticos na

historiografia. Sua crítica ao discurso da história vale-se da premissa segundo a qual a linguagem não é um meio neutro e naturalizado de perceber e expressar realidades sócio-históricas. Sendo o historiador o sujeito do conhecimento que produz, seu ofício não é desencarnado do lugar onde se encontra ao expressar seu discurso, portanto o sujeito cognoscente não é universal tampouco desincorporado de marcadores concretos da existência. Ainda de acordo com Ankersmit (2012, p. 44), na história a linguagem adquire uma substancialidade própria, consubstanciada pela narrativa histórica como um recurso próprio de condução do conhecimento historiográfico. Com isso, os conceitos históricos, como o de “Renascença” e “Guerra Fria”, não são o passado literal, enquanto realidades em si mesmas, senão representações e interpretações historiográficas dele. Como corolário, não há consenso acerca da imutabilidade interpretativa dos conceitos, porquanto são justamente eles que sofrem mudanças no transcurso do tempo. Ou seja, não é o passado em si que muda, mas as maneiras de olhar para ele que se alteram.

Sob tal ótica, o que é proposto não é a impossibilidade de se conhecer, compreender e investigar as realidades pretéritas. Pelo contrário, é mais do que possível. E a escrita da história tem se aprimorado cada vez mais na investigação de seus objetos. O que não quer dizer, entretanto, que não existam limites nessa prática. A linguagem articulada pela narrativa historiográfica é tanto um artifício colaborador e substancial na inteligibilidade do passado (Rüsen, 2001, 2015) quanto um problema teórico. Ela não é neutra e isenta de interpelações críticas, mas é, dentre outras coisas, uma proposta possível de demonstração do passado, sem, contudo, verte-se em regra intransponível a argumentações racionais (Ankersmit, 2012).

Assim, essas reflexões ensejadas possibilitam a apropriação da noção de representação para o discurso histórico e sua linguagem. Não a representação enquanto mera cópia inautêntica de realidades, nem como modelo desvinculado de experiências históricas. Mais do que isso: a representação exprime o passado edificado pelos historiadores em virtude de um esforço prático, cognitivo e consumado na presença e na manifestação coerentes de realidades circunstanciadas pela impossibilidade de sua integral reconstituição.

Diante disso, a noção de linguagem como escopo por meio do qual a cultura torna-se compreensível, porque representável, locupleta-se pela sua referência à experiência, pois é uma de suas marcas. Onde a linguagem incorre deixa também evidências de vivências e experiências passíveis à arguição da história, colaborando para restaurar “[...] o contato imediato e direto com o passado” (Ankersmit, 2012, p. 324).

No sentido aqui empregado, a apresentação literal do passado é uma barreira de fato intransponível. Porém, a substancialidade da linguagem tangencia meios de subverter e contorná-la. Os esquemas explicativos que constituem o método histórico se alicerçam no recurso narrativo capacitado a intervir na comunicação e compreensão de realidades circunstanciais. Por conseguinte, o passado histórico é um simulacro relatado e ilustrado pela narrativa, preocupado em simular “[...] algum conjunto específico de eventos do passado. Um modelo procura mostrar como um sistema funcionou no passado mas, também, como ele será operacionalizado no futuro. As simulações não precisam de previsão; mas os modelos sim” (Gaddis, 2003, p. 83). Nessa acepção, a simulação empregada por tal historiador não é esquematicamente abstrata ao ponto de se afastar das condições empíricas ofertadas pelas fontes. O testemunho e as evidências examinadas pela bagagem metódica dos historiadores reagem às ofertas das representações, também simuladas pelo documento, este que está por vezes desprovido do estatuto crítico que fundamenta qualquer método histórico. Continuamente, a heurística e a hermenêutica tornam-se dois procedimentos a partir do qual a operacionalização do método se faz crível, e também:

Em razão de seu distanciamento dos fatos e da possibilidade de contemplar do alto a paisagem do passado, os historiadores podem manipular o tempo e o espaço de tal forma, que lhes seria impossível fazê-los como pessoas normais. Eles podem reduzir suas dimensões, expandi-los, compará-los, medi-los, até mesmo transcende-los, quase como os poetas, os dramaturgos, os romancistas e os produtores de cinema. Os historiadores sempre foram abstracionistas: a representação literal da realidade não é tarefa deles (Gaddis, 2003, p. 32).

Na esteira desse curto debate, a semiótica notabiliza-se pela preocupação com a diversidade de linguagens disponíveis nas mais variadas formas de cultura humana. Tendo como mote privilegiado de análise os signos, seu alcance demonstra certa extensão, suficientemente grande o bastante para imprimir ao campo um conjunto de embates com outras áreas científicas em disputa por objetos e problemas particulares.

De acordo com Lucia Santaella e Wilfred Nöth (2015, p. 15), a semiótica define-se à luz de dois conceitos fundamentais ao campo: signo e representação. Ambos encontram equivalências, e podem até serem tomados sinonimamente, desde que se reportem ao lado perceptível e ao lado mental, “[...] unificados estes em algo terceiro, que é o signo ou representação”. O processamento cognitivo dos signos é um objeto de extrema relevância ao campo, visto que essa operacionalização mental envolve tanto o aspecto racional da consciência humana quanto o seu caráter imaginativo. O signo é mais do que a apresentação materializada e apreciada pela percepção, sendo esta uma noção bem reduzida dele.

O caráter interpretativo e compreensível são outros eixos de interesse das questões investigativas da semiótica. Para o nosso intento, evocamos uma noção de semiótica ancorada no pensamento do semioticista Charles Sanders Peirce (2005), um dos principais responsáveis por conceber tal ciência enquanto um campo lógico de análise. Lógica e semiótica são praticamente sinônimos no sistema de pensamento peirceano. Nesse sentido, nosso maior interesse concerne ao esquema triádico do filósofo em conceber o signo. Procurando superar uma lógica dicotômica e excludente, ele introduziu um outro componente na definição *signica*.

Em suma, sua teoria geral do signo conceitua-se a partir de uma matriz triangular, expressa nos seguintes termos: *significante visual*, *objeto de referência* e *interpretante*. Respectivamente, o primeiro elemento refere-se ao papel de *presentificação* de uma ausência pela qualidade *signica*; o segundo – o objeto reverenciado – remete à atuação da percepção na captura desse signo, enquanto uma ideia; o terceiro, por fim, evoca a atuação da cognição na interpretação e processamento dos signos ao nível mental. Todo esse esquema triádico opera sob um processo circular de *semiose* infinita, sempre em movimento (Santaella; Nöth, 2015).

À luz de Peirce (2005, p. 46), um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. A filosofia da linguagem também converte o signo enquanto objeto analítico e oferece coordenadas relevantes para inquirimos, por exemplo, a realidade concreta dos fenômenos linguísticos objetivada em problema filosófico e de pesquisa. Segundo o estudioso marxista da linguagem Valentin Volóchinov (2018, p. 93), membro do Círculo de Mikhail Bakhtin, os signos também são objetos únicos e materiais. O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signo há também ideologia. Tudo o que é ideológico possui significação *signica*.

Por conseguinte, a noção de signo é histórica e sofreu também alterações ao longo do tempo. Na Antiguidade Clássica, por exemplo, a primeira crise em torno do signo – entendido aqui enquanto representação – resultou no entendimento de sua capacidade de se referir a objetos (Santaella; Nöth, 2015). Em contraste, no medievo, os signos deixam de simular objetos, como mera cópia imperfeita e limitante dele, para assumir um lugar divino e sacralizado. Era o tempo da história em que conceitos, valores e mentalidades estavam associadas à crença da interferência do divino na vida prática do Império Romano no Oriente” (Tamanini, 2017, p. 340).

Por outro lado, a partir do Renascimento, a teoria do signo retoma a noção de representação vigorada na Antiguidade Clássica, mediante a qual os objetos sónicos correspondiam a materialidades externas evocadas sempre em relação a algo, em detrimento de uma existência em si mesma, como se difundira na Idade Média pelos clérigos e filósofos.

Entretanto, a partir do século XIX, um novo paradigma da historicidade se consolida e altera o conceito de representação e signo, os quais não são mais concebidos pela qualidade de se reportarem a algo, mas seu estatuto teórico causa a dissociação entre linguagem e representação. Conseqüentemente, a linguagem passa a se comportar como verdade e o discurso se basta em si mesmo. Estamos diante da cultura historiográfica, em grande medida, predominante no oitocentismo europeu, não só pela maneira de elaborar o conhecimento histórico e atribuir a ele um valor científico, como também de tangenciar comportamentos e práticas acríicas ante um contexto de cientificidade baseado na prova e na demonstração. Como já exposto, o século subsequente reverteu essa cultura da evidência enquanto prova no campo da história, embora ela tenha permanecido vívida, mas não impunemente.

Em virtude disso, para alicerçar a discussão que se segue, é primordial acentuarmos mais uma vez o papel das fontes documentais que, por seu turno, especificam a identidade metódica da história enquanto ciência humana inconfundível com qualquer outra. Não é tanto pela existência em si do documento/fonte no ofício da história, mas sobretudo os usos críticos e reflexivos praticados sobre esse material pelos historiadores que a faz ser indispensável. Dessa forma, os documentos visuais também aderem às circunspeções da história, e a semiótica oferta um repertório consistente na objetivação da linguagem visual e em sua apreciação heurística e hermenêutica pela ciência histórica.

O SIGNO À LUZ DA HISTÓRIA: ENCONTROS POSSÍVEIS NA ANÁLISE DA LINGUAGEM VISUAL

O filósofo da história Walter Benjamin (2009) apresenta a alegoria como método para se pensar a história. As alegorias são recursos interpretativos e modos de representar e comunicar pensamentos e ideias figurativamente. Nessa perspectiva, a arguição dos vestígios do tempo é mais do que uma mera prática mecânica de leitura e aproximação; é uma tarefa profundamente de consciência e reflexão, pois as respostas para os questionamentos dos historiadores surgem antes de perguntas gestadas cognitivamente. A leitura e compreensão literal daquilo revelado imediatamente pelo documento é uma partitura possível capturada pelos limites da percepção visual humana. Para Benjamin (2009), permanecer nesse nível de representação é, simultaneamente, ignorar o patrimônio epistemológico e existencial de seu próprio tempo.

Corroborando ao debate o ideário teórico-metodológico de Carlos Ginzburg (2006), o qual, investindo num chamado paradigma indiciário, exprime a emergência e a possibilidade de escrutinar documentações cujos testemunhos e evidências são mais protagonizados pelas classes

dominantes do que pelas classes subalternas. Não obstante, é na dimensão cultural que encontra uma saída possível para ultrapassar os pontos de vistas comunicados discursivamente pelos grupos de dominação, ao canalizar a instauração de “[...] uma janela flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicional de cada um” (Ginzburg, 2006, p. 20)

Na proposta adotada, e sob a circunspeção de signo ofertada, o saber-fazer metodológico dos historiadores potencializa o processo de desmistificação documental, compartilhando, junto aos rastros contidos nele, a atribuição de outros sentidos e significados circunstanciados pelas experiências concretas e compartilhadas da vida cotidiana dos indivíduos.

Operar nesses termos implica superar, sempre que necessário, os contornos comunicativos das informações discursivas, submetendo os signos desses discursos a situações históricas de produção concretas. Conforme Stuart Hall (2016), a linguagem é o arcabouço pelo qual a cultura é forjada e compartilhada coletivamente, por meio das representações codificadas e decodificadas em determinadas sociedades, e ainda em função dos sentidos e significados que concretizam modos de pensar e sentir. Os sentidos são efeitos de direção relacionados a objetos, situações e práticas; por sua vez, os significados são arranjos linguísticos disputados, acordados e representados em conjuntos comunitários diferentes, os quais organizam e legitimam suas convenções em virtude de séries de interesses comunicativos, identitários, políticos e socioculturais determinantes para a construção das culturas humanas.

Considerando tal síntese, as fontes e signos visuais organizam profundamente as relações contemporâneas responsáveis por instaurar a inteligibilidade acerca do mundo e da realidade das experiências e vivências presentes nas diversas representações (Mauad, 2023). Por seu turno, as palavras são elas próprias signos da linguagem e do discurso, mas não representam toda a inteireza do signo, apenas um contingente dele. Nem mesmo são os únicos tipos de signos-objetos disponíveis na cultura. Todavia, independentemente disso, ao alcance de compreensões robustas das circunspeções semióticas, é imprescindível auscultar o pilar interpretante do modelo lógico peirceano, porque

[...] é no interior dos enunciados que as obras-discursos visam a interpelar – respeitando o princípio dialógico – os repertórios culturais do público ao qual a obra se destina e/ou a todos aqueles públicos com os quais a obra vier a interagir. Atente-se para o fato de que, sob essa concepção, os enunciados interpelam os repertórios que os públicos detêm sobre o tema, de forma que os processos devem ser tomados em viés cognitivo/semiótico. Afinal, os discursos demandam uma compreensão e uma tomada de posição socioideológica diante aquilo que ele propõe (Abdala Junior, 2024, p. 114).

Na fresta desse debate, os signos visuais autenticam-se pelo valor heurístico e profundamente marcado pela dialética de linguagens condensadas e mediadas por percepções e cognições de experiências distintivas no tempo. Sendo fonte histórica, obra da cultura e signo discursivo, a linguagem imagética anuncia não só os testemunhos de uma época, como também interpretações instauradas dela (Santos, 2011).

Mas também imagens educam e/ou controlam olhares. Elas comunicam, organizam e propagam suas mensagens objetivando promover coerência de uma linguagem interpelada e destinada. Assim é que as imagens conservam um papel crucial nos processos de subjetivação e socialização, quando sugerem modelos de representação distintivos para os grupos constituintes das sociedades históricas (Pereira; Macambira; Aguiar, 2023).

A articulação dos caracteres extrínsecos e intrínsecos da imagem-signo é a mais adequada possibilidade de promover uma compreensão semiótica verticalizada e capaz de interpelar os signos culturais pela ótica triádica, a qual evoca as performances cognitivas e concretas das experiências distribuídas temporal e espacialmente. A lógica cíclica e interminável da existência signica permite sempre que a desmistificação das significações linguísticas se prolongue e seja continuamente ressignificada ao longo das épocas, para atender às experiências históricas demandadas pelos sujeitos interlocutores, que são agentes, com relativa autonomia, de sua linguagem. Nessa concepção, a visão que captura a visualidade dos objetos imagéticos deixa de ser um componente natural das experiências coletivas e passa a integrar “[...] uma dimensão da imagem visual como lugar de construção e figuração da diferença social” (Quadros; Aguiar, 2014, p. 97).

Com efeito, o espaço de semantização, derivado da potência dos sentidos humanos, transforma-se em componente do circuito semiótico, perfeitamente metabolizável pelo método crítico da história, quando a linguagem visual é suspendida e examinada à luz de considerações que exploram também a percepção humana como problema teórico próprio da especificidade imagética.

Desse ponto de vista, passa a ser pertinente considerar que, assim como os próprios documentos escritos, nem toda imagem é produzida intencionalmente para ofertar evidências (Burke, 2017, p. 278).

Dessa maneira, nos perguntamos qual o lugar e o papel das imagens na investigação histórica quando assume também o caráter de signo. Para tanto, vale assumir que seus usos em termos de fonte histórica são insuficientes quando seu alcance teórico-metodológico se limita às evidências testemunhadas acerca do passado. Na verdade, uma heurística dos signos imagéticos enquanto fonte para os historiadores necessita assumir que as imagens são também memória, imagens-memória, tributárias de tempos condensados em sua historicidade. Sendo assim, as imagens, além de contarem histórias acerca do que já foi, também possuem histórias próprias que vão diacronicamente se condensando à medida que a sobrevivência iconográfica faz os signos visuais circularem no tempo e espaço, acumulando sentidos e significados, evidenciando o que há de passado em determinado presente, bem como o que se compreende do passado a partir do presente. Logo, a temporalidade se torna uma questão premente na heurística da prática historiográfica, porque os saberes gerados e possíveis de serem extraídos de uma imagem são dialeticamente históricos (Santiago Júnior, 2019).

Além disso, a visualidade jamais torna-se atrativa à análise historiográfica se não se considerar os desencontros, descontinuidades e contradições gerados por ela. Os silenciamentos resguardados nela constroem qualquer tentativa inocente e simplificada de interpretá-la pela mera aparência dada a ver. Esquadrinhá-la sem, contudo, percebê-la em sua dimensão cognitiva e perceptiva é negligenciar os rastros semânticos que ela carrega discretamente. Consequentemente, negligenciar seu testemunho na maneira de *ver e pensar* o passado impede o contato exequível com as experiências vividas que a forjaram, bem como com o contexto que a circunstancia (Martins, 2019, p. 164).

À vista disso, os signos semióticos se exprimem em função da complexa constituição de experiências manifestas na cultura e em suas formas de linguagem. Como temos destacado, o discurso não se encerra nele mesmo; os objetos da linguagem que se distribuem pela materialidade concreta da existência são antes constructos mentais que ganharam autonomia em relação a sua gênese. O contrário também procede, uma vez que: “As abstrações mentais não poderiam

conservar-se, caso não fossem forradas e revestidas dessa massa de excitação imagética” (Türcke, 2010, p. 283).

Não há um determinismo semiótico entre esquemas mentais e extensões materiais. A filosofia lógica peirceana qualificou essa relação como cíclica e primordialmente possível pela simbiose provocada pelo terceiro elemento de sua lógica semiótica: o interpretante. Diante de um documento, os historiadores se deparam com intérpretes de suas épocas e, ao inquirir as interpretações que estão disponíveis a ele, transformam-se em interlocutores das informações, mensagens e verdades que, dantes, eram patrimônio original apenas de uma temporalidade, mas que resistiram às intempéries do tempo e se converteram em potencial evidência histórica.

Enquanto interpretantes de sua linguagem e de sua realidade, os profissionais da ciência histórica qualificam seu ofício não só ante o conhecimento que produzem e fornecem às suas sociedades, mas também porque fazem parte desse arranjo social e reagem a ele, com ele e para além dele. Os signos visuais são, portanto, patrimônios da mudança e da permanência humanas, os quais significam “[...] a segmentação de momentos, de instantes encharcados de acepções que fazem do homem e da mulher da contemporaneidade um expectador daquilo que já foram” (Tamanini, 2017, p. 354).

Operar nesses termos permite a construção de uma investigação historiográfica sensível à autonomia do caráter representacional da linguagem propriamente visual, porquanto sua particularidade discutida aqui tangencia a dimensão documental da visualidade primariamente, atenta à realidade criada e às próprias condições de sua existência advinda dela. Esse tipo de definição semiótica da representação abre caminho para se pensar a potência da linguagem visual não só como arcabouço epistemológico, mas também como dispositivo político e ontológico de mobilização social (Dossin, 2018; Falcon, 2000; Pulino, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da presente interpelação, pôs-se em relevo a pertinência do diálogo teórico-metodológico entre história e semiótica. Concernente ao papel das linguagens no ofício dos historiadores, elencou-se, dentre outras coisas, a capacidade desses campos em conformar realidades históricas sempre reguladas pela força da narrativa, enquanto simulação relativa de experiências em épocas ora estranhas ora mais familiares aos historiadores, mas nunca completamente reconstituídas. Certamente, o papel heurístico das linguagens documentais reside na habilidade dos escafandristas de Clio¹ em explorar os tempos passados em virtude das consciências, experiências e expectativas que preservam em seus tempos.

A visualidade, então, ofertada ao escrutínio da história sempre é e será contingente e limitada na circunspeção de seu contexto de produção. Porém, ela é fruto de culturas visuais agentes de suas realidades, e se ofertam aos interlocutores para serem desmistificadas. É a esse processo de codificação e decodificação que os signos linguísticos estão circunstanciados, porque a significação das mensagens que resguardam não se efetiva sem a ação de interpretantes.

Uma vez que os signos não se desenraizam das mentes e corpos de seus autores, a semiótica corrobora na desmistificação dos lugares sociais ocupados tanto pelos enunciadores do discurso historiográfico quanto do discurso documental. Os sujeitos dispostos (des)ordenadamente nos

¹ Considerada musa e Deusa da história pela mitologia grega e filha de uma outra grande Divindade, chamada Mnemosine, Deusa e guardiã da memória.

lugares sociais de produção discursiva cumprem, na filosofia lógica peirceana, a função de interpretantes cognoscitivos e corporificados na cultura. A cognição que despojam e a percepção que recorrem substancializam o lócus de observação e produção de suas linguagens enunciadas e sempre circunstanciadas a tais marcadores.

Poder-se-ia dizer, com Aníbal Quijano (2009), que a função social da história, e de todo e qualquer conhecimento, perpassa inexoravelmente pelas esferas do poder que, a seu modo, consubstanciam projetos políticos sob os quais o pensamento histórico deve ter consciência para se posicionar diante dele. Com suas ressalvas, Michel Foucault (1979) adverte que a historicidade que domina as sociedades é belicosa e não linguística, na medida que os tipos de relações sociais estabelecidas disputam poder em detrimento de sentidos. Não obstante, a linguagem também gera e evoca relações de força. Legítima a maneira como simbolicamente nos relacionamos com o mundo, demarcando historicamente a realidade pensada e os modos de agir, existir, sentir e ser nela e sobre ela. Logo, uma crítica às relações de linguagem pode ser também uma crítica às relações de poder!

As relações de sentido são imprescindíveis às relações de reprodução e à manutenção do poder. Elas estão presentes nos liames de produção e circulação dos saberes científicos e, por isso mesmo, jamais devem ser inferiorizadas. Em sua crítica ao eurocentrismo, Quijano (2009) advertiu sobre a existência de uma epistemologia colonial que dava conta das demandas cognitivas do capitalismo e que não só se espalhou na Europa, mas se hegemonizou ideologicamente desse lugar geográfico para todo o mundo.

Por conseguinte, as fontes históricas e, em especial, as fontes visuais, não se reduzem à potencial evidência testemunhal que reúnem, mas também à potencial janela metabólica de sentidos e significados aberta aos seus interlocutores. Nesse caso, a evidência não estaria à espera da consciência dos historiadores e nem disponível integralmente na materialidade documental, mas na junção de interlocuções que suspendem e evocam a aproximação e distanciamento do tempo dos enunciados e das enunciações. Não há linguagem sem cultura e não há cultura sem linguagem.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Roberto. História & narrativas cinematográficas: em busca de um letramento. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 15, n. 42, p. 106-126, 2024. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5513>. Acesso em 27 ago. 2025.
- ANKERSMIT, Frank. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Trad. Jonathan Menezes et al. Paraná: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Trad. João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 51-68.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

- DOSSIN, Francielly Rocha. Sobre o regime de visualidade racializado e a violência da imageria racista: notas para o estudo da imagem. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 48, v. 25, p. 351-377, dez. 2018. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/77582>. Acesso em 27 ago. 2025.
- FALCON, Francisco José Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representação: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2000. p. 87-126.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Trad. Marisa Rosa Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KINCHELOE, Joe Lyons; BERRY, Kathleen. *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 7. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- MAUAD, Ana Maria. Por uma história visual de passados possíveis na prática artística de Rosângela Rennó. *Palavra Clave*, Colômbia, n. 1, v. 26, p. 1-22, 2023. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/369078359> Por uma historia visual de passados p ossiveis na pratica artistica de Rosangela Renno. Acesso em 27 ago. 2025.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2005.
- PEREIRA, José Valter; MACAMBIRA, Leidiane dos Santos Aguiar; AGUIAR, Ana Luísa dos Santos. Quem nos olha pelos espelhos? A educação das relações étnico-raciais e o regime de visualidades. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 72, p. 20-34, 2023. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/68515>. Acesso em 27 ago. 2025.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- PULINO, Lúcia Helena Cvasin Zabotto Pulino. Richard Rorty e a questão das representações em Filosofia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representação: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2000. p. 101-123.
- QUADROS, Eduardo Gusmão de; AGUIAR, Alessandro Pinto. Semiótica e história: um exercício metodológico para a análise de fotografias. *Revista Mosaico*, Goiás, n. 1, v. 7, p. 83-101, jan./jun. 2014. Disponível em <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/3983>. Acesso em 27 ago. 2025.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Coimbra: CES, 2009. p. 73-118.

- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da consciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Trad. Estevam C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. 1. ed. 9. reimpressão. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dimensões historiográficas da virada visual ou o que pode fazer o historiador quando faz histórias com imagens? *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 402-444, 2019. Disponível em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311282019402>. Acesso em 27 ago. 2025.
- SANTOS, Regma Maria dos. História cultural e semiótica da cultura: um diálogo possível. *Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia*, São Paulo, n. 17, p. 131-141, mar. 2011.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2022.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.
- TAMANINI, Paulo Augusto. Os ícones e seus signos: a aplicabilidade das imagens nas pesquisas e estudo da História do Império Bizantino. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 1, v. 65, p. 337-358, jan./jun. 2017. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46370>. Acesso em 27 ago. 2025.
- TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Trad. Antonio Zuin *et al.* São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.
- VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

Submetido em agosto de 2024
Aprovado em junho de 2025

Informações dos autores

Gabriel Alves dos Santos
UERN/UFERSA/IFRN
E-mail: gabrielalves07022@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3158-6043>
Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4986834005216819>

Paulo Augusto Tamanini
UERN
E-mail: professor@tamanini.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6963-2952>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2405551882781242>